

# I PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA E CONTÁBIL DO TCE/AM

CADERNO DE PROVAS  
OBJETIVA E DISCURSIVA

## CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### INSTRUÇÕES GERAIS:

- Este CADERNO DE PROVAS é composto por: 30 (trinta) QUESTÕES OBJETIVAS de múltipla escolha, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) sobre Lei Orgânica e Regimento Interno do TCE/AM e 20 (vinte) da Área de Conhecimentos Específicos; 05 (cinco) QUESTÕES DISCURSIVAS; Folhas de RASCUNHO; e FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva.
- Mantenha a integridade do CADERNO DE PROVAS e não destaque nenhuma de suas folhas.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no CADERNO DE PROVAS, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal a troca do caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Após 30 minutos do início da prova, o fiscal iniciará a entrega do CARTÃO DE RESPOSTAS personalizado para as questões da Prova Objetiva.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS da Prova Objetiva e das FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva. Portanto, controle seu tempo, observando a informação indicada pelo fiscal da sala no quadro branco.
- Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **1:00h (uma hora)** de prova.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, solicite permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais.
- Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, DEVOLVER o CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao fiscal, bem como ASSINAR A LISTA DE FREQUÊNCIA. Para tanto, sinalize previamente com a mão e aguarde a autorização do fiscal.
- Após, retire-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não devendo permanecer nas dependências deste nem utilizar os sanitários.

- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala para que todos assinem a Ata, atestando a idoneidade da finalização da prova.
- Use as Folhas de Rascunho, se assim desejar, para fazer os esboços de suas respostas. Entretanto, o CARTÃO DE RESPOSTAS e as FOLHAS DE RESPOSTAS serão os únicos documentos válidos para correção.

### Orientações específicas quanto à Prova Objetiva:

- É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO DE RESPOSTAS.
- Ao receber o CARTÃO DE RESPOSTAS, assine-o e transcreva o número de sua inscrição no CADERNO DE PROVAS.
- Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO DE RESPOSTAS.
- Transcreva as respostas da Prova Objetiva para o CARTÃO DE RESPOSTAS preenchendo todo o círculo, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, na cor preta.  
Assinale assim: ●
- Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO DE RESPOSTAS, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- NÃO dispomos de CARTÃO DE RESPOSTAS para substituir em caso de erro ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-lo.

### Orientações específicas quanto à Prova Discursiva:

- As FOLHAS DE RESPOSTAS não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem conter qualquer tipo de marcas ou sinais de sua identificação.
- Use as FOLHAS DE RESPOSTAS para desenvolver sua Prova Discursiva, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, na cor preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-las.

Boa Prova!

Nº de Inscrição:												
---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

**PROVA OBJETIVA**  
**BLOCO COMUM – LÍNGUA PORTUGUESA**

Atenção: Para responder as questões de números 1 a 2, considere o texto abaixo:

O Tribunal na atualidade

Nos termos dos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o controle externo deve consistir da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal, e está a cargo do Congresso Nacional, que o exerce com o *auxílio* do Tribunal de Contas da União – TCU. Ao controle externo compete lidar com questões de diversas instâncias, como as constantes mudanças ambientais, a evolução tecnológica, o ritmo acelerado da produção de informação, a complexidade do Estado e suas relações com a sociedade e, simultaneamente, com os anseios da população pela qualidade da administração pública.

As normas constitucionais estabelecidas para o Tribunal de Contas da União aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, nos termos do art. 75 da Constituição Federal.

O controle externo visa a comprovar a probidade da Administração e a regularidade da guarda e do emprego dos bens, valores e dinheiros públicos, assim como a fiel execução do orçamento. Esse controle é, por excelência, um controle político de legalidade contábil e financeira. É importante ressaltar que a CF/88 instituiu, pelo artigo 74, que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma de lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”. Dessa forma, a cidadania é fortalecida pela carta constitucional, consolidando um pacto entre o Estado e a sociedade civil.

Os dois instrumentos de atuação do TCU, que o auxiliam na garantia de suas competências constitucionais e legais, são o trabalho de fiscalização e o exame de contas. A função fiscalizadora do Tribunal é exercida quando este, no uso de suas competências constitucionais, fiscaliza a atividade dos administradores públicos. O Regimento Interno da Corte de Contas estipula as seguintes formas de fiscalização: levantamento, auditoria, inspeção, monitoramento e acompanhamento.

Com esses instrumentos, os tribunais de contas dispõem de fontes regulares de informação sobre órgãos, entidades, programas e políticas governamentais, além de fornecer informações acerca de práticas e técnicas adotadas no desvio ou roubo de recursos públicos. Por sua força constitucional e legal, aos tribunais de contas são disponibilizadas, de forma irrestrita, quaisquer informações sobre a gestão das questões públicas e o próprio Tribunal de Contas define a forma e a periodicidade de encaminhamento das informações. (Disponível: <https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/tcu-e-as-constituicoes.htm#:~:text=No%20entanto%2C%20o%20teor%20da,%E2%80%93%20Executivo%2C%20Legislativo%20ou%20Judici%C3%A1rio>). Texto adaptado.

1. Levando em consideração as afirmações do texto apresentado, é correto afirmar que:

- a) As competências do controle externo abrangem questões de diversas instâncias, como as constantes mudanças ambientais, a evolução tecnológica, o ritmo acelerado da produção de informação, contratos entre particulares, a complexidade do Estado e suas relações com a sociedade e, simultaneamente, com os anseios da população pela qualidade da administração pública.
- b) A função fiscalizadora dos tribunais de contas também é exercida no âmbito das atividades dos administradores privados.
- c) A fiel execução do orçamento público, a regularidade da guarda e do emprego dos bens, de valores e dinheiros públicos são objeto do controle do Tribunal de Contas da União e dos tribunais de contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios.
- d) O encaminhamento de informações aos tribunais de contas acerca da gestão das questões públicas será realizado de forma restrita.

2. De acordo com o texto “O Tribunal na Atualidade”, é correta a seguinte afirmação:

- a) Com a participação do cidadão perante os tribunais de contas, a carta constitucional consolidou um pacto entre o Estado e a sociedade civil e fortaleceu a cidadania.
- b) O controle interno consiste na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, social, operacional e patrimonial da administração pública federal.
- c) A atividade dos administradores públicos e da iniciativa privada é objeto de fiscalização por parte dos tribunais de contas.

d) A periodicidade e a forma de encaminhamento de informações solicitadas pelos tribunais de contas são definidas pela sociedade civil.

3. Assinale o item que completa corretamente a frase:

**Se o senhor a..... na fábrica, .....-lhe que ..... com prudência.**

- a. ( ) ver – disse – aja
- b. ( ) ver – diga – aja
- c. ( ) vir – disse – haja
- d. ( ) vir – diga – aja

4. Assinale a opção que indica a relação correta referente à classificação das orações subordinadas adverbiais, de cima para baixo:

- ( ) Minha mão tremia tanto que mal podia escrever.
- ( ) Envelheçamos como as árvores fortes envelhecem.
- ( ) Joel acompanhou a irmã, embora estivesse cansado.
- ( ) Por que não veio ontem, como me tinha dito?

- (1) comparativa
- (2) consecutiva
- (3) conformativa
- (4) concessiva

- a) concessiva – consecutiva – conformativa – comparativa.
- b) consecutiva – concessiva – comparativa – conformativa.
- c) consecutiva – comparativa – concessiva - conformativa.
- d) comparativa – concessiva – conformativa – consecutiva.

5. Marque a série em que ambos os vocábulos são formados com o prefixo *in* – significando negação/privação:

- a) llegal / introduzir
- b) lnativo / irreal
- c) lmpor / ininterrupto
- d) lmigrar / imoral

## LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO

**6.** A jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM alcança, exceto:

- a) Os que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio do Estado ou de Município;
- b) Os responsáveis pela aplicação de qualquer recurso repassado pelo Estado ou Município mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- c) Os administradores de entidades de Direito Privado que recebam auxílio ou subvenção dos cofres públicos, com referência aos recursos recebidos, para prestação de serviços de interesse público ou social.
- d) Entidades classificadas como organizações sociais, independente da origem dos recursos, sejam privados ou públicos.

**7.** É de competência comum do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, exceto:

- a) Deliberar sobre consulta e instrução normativa sobre matéria da competência do Tribunal.
- b) Aprovar e retificar as atas de suas reuniões.
- c) Censurar os seus servidores subordinados, nos casos de sua competência.
- d) Mandar riscar as expressões caluniosas ou injuriosas contidas em atos e papéis submetidos à sua apreciação.

**8.** Acerca dos processos no Tribunal de Contas do Amazonas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se há mais de um interessado ou agente responsável nos autos, os prazos são concedidos individualmente, salvo se são representados pelo mesmo procurador.
- b) É imprescindível, para o exercício do direito de defesa perante o Tribunal, a representação por meio de advogado legalmente habilitado e regularmente constituído.
- c) Qualquer interessado pode requerer vista dos processos findos ou em andamento no Tribunal, desde que dentro da repartição interna em que esteja tramitando.

d) Não se concederá vista de autos de processo incluído na pauta de julgamento nem em fase de inspeção.

**9.** Acerca das espécies de recursos no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso ordinário será interposto no prazo de 10 dias.
- b) Não há previsão na Lei Orgânica do TCE/AM de embargos de declaração.
- c) A Lei Orgânica do TCE/AM trata o pedido de reconsideração enquanto recurso.
- d) A manifestação do Ministério Público é dispensável quando este não for recorrente.

**10.** Assinale a alternativa que corretamente complementa a frase abaixo:

“Os recursos no TCE/AM dispõem de efeito devolutivo e suspensivo, exceto o de (\_\_\_\_\_), que só será recebido no efeito devolutivo.”

- a) Revisão
- b) Agravo
- c) Recurso Ordinário
- d) Embargos de Declaração

## BLOCO ESPECÍFICO – RESIDÊNCIA CONTÁBIL

11. Considerando o Plano de Contas, balancete de verificação e a natureza das contas abaixo, marque a alternativa correta:

Contas	Saldo D/C R\$
Caixa	2000,00
Fornecedores a Pagar	1000,00
Imóveis	500,00
Veículos	300,00
Estoques	200,00
Salários à Pagar	500,00
Duplicata a receber	200,00
Empréstimos a pagar	1100,00
Duplicata a pagar	400,00
Banco Conta Movimento	300,00

- a) As contas de natureza devedora somam R\$ 3500,00
- b) As contas de natureza credora somam R\$ 3200,00
- c) As contas de resultado somam R\$ 200,00
- d) As Contas do Patrimônio Líquido somam R\$ 2300,00

12. Em relação a Teoria da Contabilidade, ao patrimônio e a situação líquida, marque a alternativa correta:

- a) Os Ativos são origens de recursos, já que demonstram as obrigações da empresa.
- b) O Ativo menor que Passivo Exigível é igual a situação líquida positiva.
- c) Compõem o patrimônio da empresa somente os bens e direitos a receber.
- d) A soma dos bens e direitos constituem o Ativo Total no Balanço Patrimonial.

13. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. Além disso, tais conceitos são aplicáveis à elaboração e

à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs). Relacione as colunas 1 e 2 abaixo, no que se refere às características qualitativas da informação incluída nos RCPGs.

Coluna 1

1	Relevância	4	Tempestividade
2	Representação fidedigna	5	Comparabilidade
3	Compreensibilidade	6	Verificabilidade

Coluna 2 (Características Qualitativas)

( ) a informação deve corresponder às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada com clareza e concisão.

( ) a informação deve estar completa, deve ser neutra e livre de erro material tanto quanto possível.

( ) a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar, permitindo aos usuários chegarem a um consenso.

( ) a informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. Assim, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas.

( ) seja capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

( ) a informação deve estar disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

Marque a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) 5-3-2-6-1-4
- b) 6-4-3-5-2-1
- c) 3-2-6-5-1-4
- d) 4-1-5-3-6-2

**14.** A Empresa Gabrielense do ramo comercial apresentou, no mês de fevereiro de 20X1, as seguintes operações:

- 03/02 – Venda à vista de 50 unidades de mercadorias pelo total de R\$ 300,00;
- 15/02 – Compra de 100 unidades de mercadorias, à vista, pelo preço total de R\$ 600,00;



- 27/02 – Venda a prazo de 200 unidades de mercadorias pelo valor unitário de R\$ 8,00.

Sabendo-se que o estoque inicial em 01 de fevereiro de 20X1 era constituído de 200 unidades adquiridas a R\$ 5,00 cada uma.

Considerando apenas as informações disponibilizadas, desconsiderando os tributos incidentes nas operações e, ainda, sabendo que a empresa utiliza o método de avaliação de estoque “Primeiro a Entrar Primeiro a Sair (PEPS)”, assinale, a seguir, a resposta correta:

- a) O estoque inicial em 1 de março de 20X1 será de R\$ 600,00.
- b) O Custo de Mercadorias Vendidas de fevereiro de 20X1 foi de R\$ 1.300,00.
- c) O Lucro Bruto das operações de fevereiro de 20X1 foi de R\$ 1.900,00.
- d) O estoque final de janeiro de 20X1 foi de R\$ 1.600,00.

**15.** No dia 05/11/20X2 a firma Banzeiro iniciou suas atividades, com a subscrição e integralização do capital no valor total de R\$ 300.000, em dinheiro. Os fatos contábeis que ocorreram durante os meses de novembro e dezembro de 20X2, após o início das atividades, foram; considerando os centavos:

- Dia 7/11 – Compra de mercadorias, sendo R\$ 60.000 à vista e R\$ 50.000 a prazo, que deverá ser pago em até 45 dias;
- Dia 16/11 – Compra de veículo, a ser pago em único pagamento em até 30 dias, por R\$ 70.000;
- Dia 3/12 – Compra à vista de móveis e utensílios, na importância de R\$ 10.000;
- Dia 9/12 – Venda a prazo de R\$ 100.000 de mercadorias, que deverá ser pago pelo cliente em até 15 (quinze) dias. O custo destas mercadorias foi de R\$ 50.000;
- Dia 15/12 – pagamento das obrigações, com fornecedor e com a compra de veículo, que ocorreram em novembro do mesmo ano;
- Dia 17/12 – Recebimento da venda ocorrida em 09/12;
- Dia 19/12 – Pagamento de aluguel no valor de R\$ 10.000;
- Dia 20/12 – compra de mercadorias a prazo (pagamento em 3 meses), no valor de R\$ 10.000.

Considerando somente as operações acima, desconsiderando a depreciação e quaisquer implicações fiscais ou tributárias, não ocorrendo descontos, nem juros, pede-se: Ativo Total, Passivo Circulante e o total do Patrimônio Líquido, ao final de 20X2, foram respectivamente:

- a) R\$ 350.000,00; R\$ 10.000,00; R\$ 340.000,00
- b) R\$ 350.000,00; R\$ 0,00; R\$ 350.000,00
- c) R\$ 340.000,00; R\$ 10.000,00; R\$ 350.000,00
- d) R\$ 340.000,00; R\$ 40.000,00; R\$ 300.000,00

**16.** A Empresa “Toadeiros” adquiriu um veículo à vista no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), em janeiro de 2023, mas que só foi entregue em março do mesmo ano, iniciando seu uso no dia da entrega. O veículo, depreciable, possui um valor residual de 20%. Após 30 (trinta) meses de uso, somente nas condições descritas, sem considerar as implicações de ordem tributária ou fiscal, desconsiderando a revisão do valor residual e da vida útil, considerando 5 (cinco) anos como tempo de vida útil estimado e o método linear de depreciação. Assinale o valor da venda do veículo, sem causar ganhos nem perdas contábeis:

- a) R\$ 60.000,00
- b) R\$ 80.000,00
- c) R\$ 120.000,00
- d) nenhuma das respostas anteriores

**17.** As Demonstrações Contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Sobre as Demonstrações Contábeis nas empresas privadas, assinale a opção de resposta que contém a afirmativa INCORRETA:

- a) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) deve apresentar as seguintes contas: caixa e equivalentes de caixa; clientes e outros recebíveis; estoques, ativos financeiros, ações em tesouraria adquiridos e vendidos e dividendos.
- b) No Balanço Patrimonial, o ativo não circulante deve ser subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- c) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- d) Custo dos produtos e serviços vendidos, Despesas de vendas, Despesas administrativas e Outras Despesas são redutoras do “Resultado antes dos tributos” nas Demonstrações do Resultado do Período (ou do exercício).

**18.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sobre as Demonstrações Contábeis, marque a alternativa incorreta:

- a) Balanço Patrimonial: Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- b) Balanço Patrimonial: Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- c) Balanço Patrimonial: No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, o saldo em caixa do encerramento do exercício e o saldo de aplicações.
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais: As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

**19.** Relacione as colunas 1 e 2 abaixo, sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidos na Lei nº 4320/64 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

Coluna 1

- (1) Empenho
- (2) Restos à pagar
- (3) Despesas de Exercícios Anteriores
- (4) Suprimento de Fundos

Coluna 2 (Definição)

- ( ) ... é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.
- ( ) ... é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- ( ) ... despesas fixadas, no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.
- ( ) ... despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

Marque a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- a) 4 - 2 - 1 - 3
- b) 4 - 1 - 3 - 2
- c) 3 - 1 - 4 - 2
- d) 2 - 4 - 1 - 3

**20.** Ao analisar o Balanço Orçamentário da Prefeitura Municipal de Banzeiro, o Auditor apresentou suas conclusões no Relatório; entretanto, durante a revisão dos trabalhos foi identificado um erro na análise.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANZEIRO**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**COMPETÊNCIA: 2022**

em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	1.000.000	1.250.000	1.300.000	50.000
Receitas de Capital	500.000	500.000	500.000	0
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.750.000</b>	<b>1.800.000</b>	<b>50.000</b>
Operações de Crédito / Refinanciamento	0	0	0	0
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.750.000</b>	<b>1.800.000</b>	<b>50.000</b>
Déficit	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.750.000</b>	<b>1.800.000</b>	<b>50.000</b>

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da dotação
Despesas Correntes	1.000.000	1.000.000	900.000	750.000	700.000	100.000
Despesas de Capital	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	0
Reserva de Contingência	0	0	0	0	0	0
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.400.000</b>	<b>1.250.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>100.000</b>
Amortização da Dívida/ Refinanciamento	0	0	0	0	0	0
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.400.000</b>	<b>1.250.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>100.000</b>
Superávit (XIII)	0	250.000	400.000	0	0	-150.000
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.750.000</b>	<b>1.800.000</b>	<b>1.250.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>-50.000</b>

Com base nos dados apresentados, é incorreto afirmar:

- a) Houve excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000
- b) Ocorreu um superávit da execução no valor de R\$ 250.000
- c) A economia orçamentária foi de R\$ 100.000
- d) Na execução, pode-se concluir pelo superavit corrente no valor de R\$ 600.000

**21.** Sobre os princípios orçamentários, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, marque a alternativa incorreta:

a) Universalidade: a LOA de cada ente federado deverá conter as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

b) Legalidade: a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, devendo ser publicada, conforme estabelece o art. 37 da Constituição Federal.

c) Unidade: todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa.

d) Anualidade: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir: o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (art. 34, da Lei nº 4320/64).

**22.** Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Balanço Patrimonial (BP), que é estruturado em Ativo, Passivo, e Patrimônio Líquido, evidenciando a situação patrimonial da entidade pública, qualitativa e quantitativamente. Considere as seguintes contas:

**em mil Reais**

<b>Conta</b>	<b>Título</b>	<b>Valor (R\$)</b>
5.2.2.1.2.01.00	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	100
1.2.1.1.1.03.00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (PRAZO 18 MESES)	1.000
2.2.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.100
2.1.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR (ATÉ 30 DIAS)	1.200
2.2.8.1.0.00.00	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO	500
1.2.1.1.2.01.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER (PRAZO 2 ANOS)	1.500
5.2.1.0.0.00.00	PREVISÃO DA RECEITA	10.000
2.1.2.0.0.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.800
2.2.2.2.0.00.00	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	400
6.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	9.800
1.1.3.0.0.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.500
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.000

Considerando apenas o Plano de Contas e os saldos discriminados acima, o Balanço Patrimonial apresentará, em mil Reais:

a) Patrimônio Líquido de R\$ 2.000

- b) Ativo Total de R\$ 6.500
- c) Passivo Circulante de R\$ 3.000
- d) Nenhuma das respostas anteriores

**23.** Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público define que a DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Considere as seguintes Receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e pagas no exercício de 20X2 pela Prefeitura Municipal de Banzeiro:

- Compra de Veículo: R\$ 300.000,00;
- Recebimento de Impostos: R\$ 900.000,00;
- Pagamento de aluguel de imóveis: R\$ 200.000,00;
- Alienação de Bens: R\$ 150.000,00;
- Receita de taxas: R\$ 50.000,00;
- Despesa com serviços de manutenção: R\$ 150.000,00.

Considerando apenas as operações descritas acima, o Resultado Patrimonial do Exercício apurado na DVP em 20X2 pela Prefeitura foi:

- a) R\$ 950.000,00
- b) R\$ 650.000,00
- c) R\$ 600.000,00
- d) R\$ 350.000,00

**24.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Assim, de acordo com o MCASP, pertencem ao conjunto de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), exceto:

- a) Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Valor Adicionado.

**25.** O município de Banzeiro no ano 20XX apresentou, durante uma Inspeção na sede do município (*in loco*) ao Tribunal de Contas, o “QUADRO GAMA”, com os seguintes saldos, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida:

Município de Banzeiro - QUADRO GAMA	
	Em milhões de Reais
	Saldo
Receitas Tributárias	30.000
Receitas de Contribuições	2.000
Receitas Patrimoniais	900
Receitas Agropecuárias	500
Receitas Industriais	600
Receitas de Serviços	1.000
Transferências Correntes	35.000
Outras Receitas Correntes	6.000
Antecipação das Receitas Orçamentárias	3.000
Receitas de Amortização de Empréstimos	10.000
Receita de Alienação de Bens	20.000
Contribuição dos servidores para o plano de previdência	6.000
Compensação Financeira entre os regimes previdenciários	1.900

Com base nos dados acima, a Receita Corrente Líquida resultará no valor de, em milhões de Reais:

- a) R\$ 68.100
- b) R\$ 71.100
- c) R\$ 88.100
- d) R\$ 101.100

**26.** De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao setor público, “a Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo Poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.” Sobre o assunto, marque a alternativa incorreta:

- a) o ciclo orçamentário é composto das seguintes fases: elaboração da proposta, apreciação legislativa, execução, controle e avaliação.
- b) Os créditos adicionais se classificam em despesa de exercícios anteriores, suplementares, especiais e extraordinários.
- c) O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos normativos que compõem o modelo orçamentário brasileiro, previsto na Constituição Federal de 1988.
- d) O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

**27.** A Lei nº 4320/64, também conhecida como o “Estatuto das Finanças Públicas”, representou um marco desde a sua publicação e que sempre exerceu um papel norteador na execução das arrecadações e despesas públicas no Brasil, inclusive vedando a realização da despesa sem prévio empenho. De acordo com a Lei nº 4320/64, assinale a alternativa correta:

- a) Fixação, Empenho, Liquidação e Recolhimento são os estágios da Receita Pública.
- b) É vedada a realização de empenho global de despesas contratuais, sujeitas a parcelamento.
- c) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- d) Previsão, Lançamento, Arrecadação e Pagamento são os estágios da Despesa Pública.

**28.** De acordo com a Constituição do Estado do Amazonas, assinale com verdadeiro ou falso:

- I - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno;
- II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional é uma das finalidades do sistema de controle interno do Estado do Amazonas;
- III - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer ocorrência irregular ou ilegal, delas darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária;
- IV – Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

- a) V, V, F, V
- b) Todas são falsas



c) F, F, V, F

d) Todas são verdadeiras

**29.** Considerando a Resolução TCE/AM nº 9/2016, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal, marque a alternativa correta:

a) As atividades inerentes ao Órgão Central de Controle Interno municipal serão sempre exercidas por servidores cedidos do Tribunal de Contas do Estado, desde que seja sem ônus.

b) As Controladorias Municipais não podem realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais, já que se trata de competência exclusiva dos Auditores dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Amazonas, quando inspecionam as Prestações de Contas Anuais.

c) No município, em observância ao princípio da economicidade, só poderá existir um Órgão de Controle Interno, que executará as atividades de fiscalização e a avaliação da execução orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional no Poder Executivo, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário e nos órgãos da Administração Indireta.

d) A omissão, a fraude ou a falsidade da informação na escrituração ou nas demonstrações a qualquer título sujeitará o responsável pelo controle interno, ou aquele que responder pela Contabilidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, à responsabilidade solidária por qualquer fato que venha provocar danos ou prejuízos ao erário, aí se incluindo a efetivação de representação ao Conselho Regional de Contabilidade.

**30.** De acordo com a Lei Complementar n.º 224, de 23 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Estado do Amazonas, marque a alternativa incorreta:

a) O Sistema de Controle Interno do Estado do Amazonas terá como âmbito de atuação somente os órgãos ou entidades da Administração Direta do Poder Executivo do Estado.

b) Ouvidoria, Controladoria, Auditoria e Correição são funções do sistema de controle interno do Estado do Amazonas para o cumprimento das suas finalidades institucionais.

c) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais e da Lei de

Responsabilidade Fiscal são competências do órgão central do sistema de controle interno do Estado do Amazonas.

d) O Conselho Estadual de Controle Interno do Estado do Amazonas tem a função de promover a integração do sistema de controle interno, por meio do fomento ao diálogo interinstitucional e da recomendação de padronização de procedimentos, métodos e técnicas de atuação do controle interno.

### PROVA DISSERTATIVA

1. O contador da empresa Banzeiro apresentou os saldos a seguir relacionados. Já que não é um “balanço fechado”, desconsiderando as implicações de ordem tributária ou fiscal e quaisquer outras destinações.

Banzeiro Ltda	Em milhões de Reais
Contas	Saldo D/C
Caixa e equivalentes de caixa	100.000
Fornecedores a Pagar (até 3 meses)	20.000
Imóveis	49.000
Veículos	1.500
Depreciação Acumulada de imóveis	10.000
Estoques (uso imediato)	89.000
Vendas	30.000
Custo de Mercadorias Vendidas	10.000
Despesas com aluguéis	9.000
Despesas com juros	1.000
Capital Social Integralizado	100.000
Duplicata a receber em 30 dias	21.000
Depreciação Acumulada de veículos	500
Empréstimos a pagar, em parcela única, após 24 meses.	35.000
Duplicata a pagar em 2 (dois) meses	30.000
Financiamentos bancários, com 1º pagamento após 5 anos	45.000
Receitas Financeiras	10.000

Considerando apenas as contas dispostas acima, calcule os seguintes saldos que serão apresentados, em milhões de Reais, conforme estrutura do extrato do Balanço Patrimonial:

**1.1 Ativo Circulante:**

**1.2 Ativo Não-Circulante:**

**1.3 Passivo Circulante:**

**1.4 Passivo Não-Circulante:**

**1.5 Patrimônio Líquido:**

**2.** Em maio de 20X3, a Alta Administração da Cia Onça Pintada requisitou o relatório da contabilidade, contendo a apuração do resultado do mês de março de 20X3 pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência para fins de tomada de decisão. Foram realizadas as seguintes operações em março de 20X3 pela Cia Onça Pintada, que tem entre as suas atividades a venda de mercadorias e a prestação de serviços:

- 01.mar: Pagamento do aluguel de mar.20X3, conforme contrato, no valor de R\$ 10.000;
- 07.mar: Pagamento com atraso do 13º salário de 20X2, no valor de R\$ 50.000,00;
- 12.mar: Serviço prestado em março.20X3 pela Cia Onça Pintada no valor de R\$ 60.000,00, a ser recebido em 30 dias;
- 18.mar: Adiantamento de Clientes por serviço que será executado em 25 de maio 20X3, no valor de R\$ 180.000,00;
- 22.mar: Pagamento à vista de fornecedor de mercadorias no valor de R\$ 30.000,00. A mercadoria só foi entregue em abril de 20X3;
- 30.mar: Recebimento das vendas realizadas em fev.20X3, no valor de R\$ 90.000.

Desconsiderando as implicações de ordem tributária ou fiscal, calcule os resultados apresentados no Relatório da Contabilidade referente a março de 20X3, em Reais:

**2.1** Pelo Regime de Caixa (Mar.20X3):

**2.2** Pelo Regime de Competência (Mar.20X3):

**3.** A empresa Tambaqui Sem Igual, em 20X2, tem o exercício social de acordo com o ano civil. Em 30 de junho de 20X2 pagou à vista a quantia de R\$ 1.200,00, referente à contratação do prêmio de seguro contra incêndio de suas instalações pelo período de 1 (um) ano, com início a partir do primeiro dia útil após o pagamento. Dê o que se pede, utilizando-se o extrato do plano de contas abaixo, considerando que o registro da cota mensal do seguro é apropriado no último dia do mês, sendo essa a única contratação de seguros até 20X4:

Caixa (AC)	Seguros a Vencer (AC)	Seguros Passivos (despesa)
------------	-----------------------	-------------------------------

**3.1** A cobertura é válida por 1 ano a partir de 01.07.20X2. Apresente a escrituração do lançamento efetuado pela contabilidade no dia 30 de junho de 20X2:

**3.2** Qual o valor da despesa com seguros a ser apropriada em 30.11.20X2, referente ao reconhecimento da despesa com seguros do mês de novembro do mesmo ano?

**3.3** Na elaboração do extrato do Balanço Patrimonial, em 31 de janeiro de 20X3, após o reconhecimento de todas as despesas do mês, qual o saldo da conta “seguros a vencer” da referida empresa?

**3.4** O resultado do exercício de 20X2, sem considerar as despesas com o seguro contra incêndio, foi um lucro de R\$ 5.000,00. Após nova apuração, considerando as citadas despesas de seguro contra incêndio, qual será o novo valor do Lucro/Prejuízo do exercício em 31.12.20X2, desconsiderando os Tributos e outras destinações.

**4.** O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estabelece que “o Balanço Financeiro evidenciará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.”

Com o término do ano, o contador do município de Banzeiro elaborou o Extrato do Balanço Financeiro de 20X2, daquela Unidade Gestora, com as seguintes informações:

Extrato do Balanço Financeiro 20X2			
Receitas Orçamentárias	700.000,00	Despesa Orçamentária	650.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	120.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	120.000,00
Recebimentos Extras Orçamentários	80.000,00	Pagamentos Extraorçamentários	80.000,00

- O Saldo de Encerramento do Exercício 20X1 foi de R\$ 50.000,00;
- O Saldo dos Recebimentos Extraorçamentários era composto integralmente dos valores inscritos de Restos a Pagar em 20X1 e 20X2;
- Sabe-se que o saldo do Exercício Anterior do extrato do Balanço Financeiro de 20X3, era composto integralmente de Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor de R\$ 100.000,00;
- E que em 20X1, ocorreram: Despesas Orçamentárias Empenhadas, no valor de R\$ 650.000,00; Despesas Liquidadas, no valor de R\$ 600.000,00 e Despesas Pagas no Valor de R\$ 570.000,00;
- No município de Banzeiro, todos os restos a pagar inscritos são pagos integralmente no exercício seguinte ao da sua inscrição;
- Em 20X2, todas as despesas empenhadas foram pagas, exceto as inscritas em Restos a Pagar; - Não ocorreu anulação de Nota de Empenho, nem foram concedidos suprimento de fundos.

**4.1** Qual o valor de “Saldo do Exercício Seguinte” no Balanço Financeiro de 20X2?

**4.2** Considerando somente as informações apresentadas, qual o valor das despesas Orçamentárias empenhadas e pagas no exercício de 20X2?

**4.3** Qual foi o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro de 20X2?

**4.4** Qual o valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados de 20x1, pagos em 20X2?

**4.5** Qual o valor inscrito em Restos a Pagar Processados de 20x1, pagos em 20X2?

**5.** Notícia: “Em evento na CGE, presidente do TCE-AM fala sobre fortalecimento do controle interno. Durante o Encontro de Gestores, realizado pela Controladoria Geral do Estado do Amazonas (CGE-AM),..., o presidente do Tribunal de Contas do

Amazonas (TCE-AM), palestrou sobre o fortalecimento do controle interno da administração pública.

*“O controle externo, como é no Tribunal, não existe para valer se não houver controle interno de qualidade. Pode haver um grande esforço de se fazê-lo, mas se o controle não funcionar, o externo sempre ficará aquém”*, destacou o presidente da Corte de Contas, Conselheiro Érico Desterro.” Disponível em <https://www2.tce.am.gov.br/?p=51610> Publicado em 21/03/2022.

A notícia apresentada destaca a importância do funcionamento dos controles internos para os trabalhos do controle externo e das Unidades Gestoras. A partir desse contexto, explique, de forma resumida, somente nas linhas abaixo, 1 (uma) importância do Controle Interno/Controladorias:

**5.1** Para as empresas privadas:

**5.2** Para os órgãos da Administração Pública:

PROSCUPO

RASCUNO



RASCUNO

RASCUNO

**FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA DISSERTATIVA DE  
CONTABILIDADE**



**IMPORTANTE**  
NÃO ASSINE as folhas de respostas. Leia as instruções na capa da prova

**RESPOSTA DA QUESTÃO 1**

1.1 Ativo Circulante: \_\_\_\_\_

1.2 Ativo Não-Circulante: \_\_\_\_\_

1.3 Passivo Circulante: \_\_\_\_\_

1.4 Passivo Não-Circulante: \_\_\_\_\_

1.5 Patrimônio Líquido: \_\_\_\_\_

**RESPOSTA DA QUESTÃO 2**

2.1 Pelo Regime de Caixa (Mar.20X3): \_\_\_\_\_

2.2 Pelo Regime de Competência (Mar.20X3): \_\_\_\_\_

**RESPOSTA DA QUESTÃO 3**

3.1 A cobertura é válida por 1 ano a partir de 01.07.20X2. Apresente a escrituração do lançamento efetuado pela contabilidade no dia 30 de junho de 20X2:

---

---

---

---

---

3.2 Qual o valor da despesa com seguros a ser apropriada em 30.11.20X2, referente ao reconhecimento da despesa com seguros do mês de novembro do mesmo ano?

---

---

---

---

3.3 Na elaboração do extrato do Balanço Patrimonial, em 31 de janeiro de 20X3, após o reconhecimento de todas as despesas do mês, qual o saldo da conta “seguros a vencer” da referida empresa?

---

---

---

3.4 O resultado do exercício de 20X2, sem considerar as despesas com o seguro contra incêndio, foi um lucro de R\$ 5.000,00. Após nova apuração, considerando as citadas despesas de seguro contra incêndio, qual será o novo valor do Lucro/Prejuízo do exercício em 31.12.20X2, desconsiderando os Tributos e outras destinações.

---

---

---

#### RESPOSTA DA QUESTÃO 4

4.1. Qual o valor de “Saldo do Exercício Seguinte” no Balanço Financeiro de 20X2?

---

4.2 Considerando somente as informações apresentadas, qual o valor das despesas Orçamentárias empenhadas e pagas no exercício de 20X2?

---

4.3 Qual foi o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro de 20X2?

---

4.4 Qual o valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados de 20x1, pagos em 20X2?

---

4.5 Qual o valor inscrito em Restos a Pagar Processados de 20x1, pagos em 20X2?

---

**RESPOSTA DA QUESTÃO 5**

5.1 Para as empresas privadas:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5.2 Para os órgãos da Administração Pública:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---